



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

Número : 172
Lei Federal 14.133/2021 (art. 18)



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO DOURADO

RUA DRº MARIO DOURADO, Nº 06 - CENTRO - JOÃO DOURADO/BAHIA. Cep 44920000
CNPJ: 13.891.510/0001-48

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP) Número : 172

Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021

1. DADOS DO SETOR(ES) REQUISITANTE(S)

Data	19 de fevereiro de 2025
SECRETARIA	SEC. MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Setor Requirante (Unidade/Setor/Depto)	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERADO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE JOÃO DOURADO - BAHIA.

DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS E SUFICIENTES À ESCOLHA DA SOLUÇÃO, PREVENDO CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO SE MOSTRA NECESSÁRIA PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE JOÃO DOURADO, BAHIA, EM CONFORMIDADE COM O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO ÓRGÃO. A INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ADEQUADAS DESSES EQUIPAMENTOS SÃO FUNDAMENTAIS PARA GARANTIR O CONFORTO DOS SERVIDORES E USUÁRIOS DOS SERVIÇOS PÚBLICOS, BEM COMO PARA PRESERVAR A QUALIDADE DO AMBIENTE DE TRABALHO, CONTRIBUINDO ASSIM PARA A EFICIÊNCIA E PRODUTIVIDADE DOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS.

A FALTA DE ADEQUADA CLIMATIZAÇÃO NOS AMBIENTES DE TRABALHO PODE IMPACTAR NEGATIVAMENTE NO DESEMPENHO DOS SERVIDORES, PREJUDICANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À POPULAÇÃO. ALÉM DISSO, A AUSÊNCIA DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA NOS APARELHOS DE AR CONDICIONADO PODE ACARRETAR EM FALHAS OPERACIONAIS, AUMENTAR O CONSUMO DE ENERGIA E GERAR CUSTOS ADICIONAIS COM REPAROS EMERGENCIAIS. DESSA FORMA, É IMPRESCINDÍVEL A REALIZAÇÃO DE INVESTIMENTOS NA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA ASSEGURAR O BOM FUNCIONAMENTO E PROLONGAR A VIDA ÚTIL DESSES EQUIPAMENTOS.

LEVANTAMENTO DE MERCADO, QUE CONSISTE NA PROSPECÇÃO E ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS DE SOLUÇÕES, PODENDO, ENTRE OUTRAS OPÇÕES:

EXISTEM DIVERSAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS DE SOLUÇÃO NO MERCADO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO. ABAIXO APRESENTAMOS A QUE MAIS ATENDE AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO.

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE CLIMATIZAÇÃO: UMA DAS ALTERNATIVAS É A CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE CLIMATIZAÇÃO, QUE FORNECERÁ OS MATERIAIS NECESSÁRIOS E REALIZARÁ A INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS APARELHOS DE AR CONDICIONADO. VANTAGENS: EXPERTISE TÉCNICA, GARANTIA DE QUALIDADE DOS MATERIAIS E SERVIÇOS, POSSIBILIDADE DE CONTRATAÇÃO DE PACOTES DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA. DESVANTAGENS: CUSTO MAIS ELEVADO EM COMPARAÇÃO A OUTRAS ALTERNATIVAS, DEPENDÊNCIA DE TERCEIROS PARA OS SERVIÇOS.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO DOURADO

RUA DRº MARIO DOURADO, Nº 06 - CENTRO - JOÃO DOURADO/BAHIA. Cep 44920000
CNPJ: 13.891.510/0001-48

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO, ACOMPANHADA DAS JUSTIFICATIVAS TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO

PARA A CONTRATAÇÃO DA MELHOR SOLUÇÃO EM RELAÇÃO À AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO, É FUNDAMENTAL QUE SEJAM OBSERVADOS ALGUNS REQUISITOS QUE GARANTAM A QUALIDADE E EFICIÊNCIA DOS PRODUTOS E SERVIÇOS. DENTRE OS REQUISITOS NECESSÁRIOS E SUFICIENTES, DESTACAM-SE:

- CERTIFICAÇÃO DOS MATERIAIS: EXIGIR QUE OS MATERIAIS SEJAM CERTIFICADOS, GARANTINDO QUE ATENDAM ÀS NORMAS TÉCNICAS VIGENTES E POSSUAM QUALIDADE COMPROVADA.

- GARANTIA DOS PRODUTOS E SERVIÇOS: ESTABELECEER GARANTIAS CONTRATUAIS QUE ASSEGUREM A SUBSTITUIÇÃO DE MATERIAIS DEFEITUOSOS E A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA, CASO NECESSÁRIO.

ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS, ACOMPANHADA DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, CONSIDERANDO A INDEPENDÊNCIA COM OUTRAS CONTRATAÇÕES, DE MODO A POSSIBILITAR ECONOMIA DE ESCALA

ITEM	CODIGO	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTDE.
1	187838	CABO FLEXIVEL PP 3X 1,5, COR BRANCO ,DIMENSÕES COM 100 METROS	RL	3,00
2	179603	CABO FLEXIVEL PP 3X 1,5, DIMENSÕES COM 100 METROS	ROL	10,00
3	179604	CABO FLEXIVEL PP 4X 2,5, DIMENSÕES COM 100 METROS	ROL	10,00
4	179616	CAIXA DE PASSAGEM PARA AR CONDICIONADO MODELO: SPLIT 12.000 BTUS	UND	60,00
5	179608	CAPACITOR DUPLO C/TERM. 30+3 MFD 50X80 440V	UND	80,00
6	179605	CAPACITOR DUPLO C/TERM. 35+1,5 MFD 50X90 440V	UND	80,00
7	179607	CAPACITOR DUPLO C/TERM. 35+5 MFD 50X90 380V	UND	80,00
8	187836	COMPRESSOR DE GELADEIRA/FREEZER 2/4, 220W.	UND	3,00
9	187837	COMPRESSOR DE GELADEIRA/FREEZER 2/5, 220W.	UND	3,00
10	179619	FITA ALUMINIZADA PARA ARCONDICIONADO 48MM X 50M	UND	80,00
11	179600	GÁS REFRIGERANTE R 22 KG, DIMENSÕES 13 KG	GAR	4,00
12	187835	GÁS REFRIGERANTE R 32 KG, DIMENSÕES 4,5 KG	GAR	6,00
13	179601	GÁS REFRIGERANTE R 410 KG, DIMENSÕES 13 KG	GAR	10,00
14	187834	SUPORTE PARA AR CONDICIONADO DE 12.000 BTU - (CAIXA COM 20 UNIDADES).	CX	5,00
15	179610	TAPA FUGAS C/MANG ATE 12.000 BTUS	UND	10,00
16	179611	TAPA FUGAS C/MANG ATE 18.000 BTUS	UND	10,00
17	179612	TAPA FUGAS C/MANG ATE 24.000 BTUS	UND	10,00
18	179613	TAPA FUGAS C/MANG ATE 30.000 BTUS	UND	10,00
19	179438	TUBO DE COBRE, 1/2	M	1.000,00
20	179437	TUBO DE COBRE, 1/4	M	1.000,00
21	179439	TUBO DE COBRE, 3/4	M	200,00
22	179436	TUBO DE COBRE, 3/8	M	1.000,00
23	179440	TUBO DE COBRE, 5/8	M	500,00
24	179451	TUBO ISOLANTE ESPONJOTO BLINDADO BRANCO 3/4 COM 2 METROS	BAR	500,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO DOURADO

RUA DRº MARIO DOURADO, Nº 06 - CENTRO - JOÃO DOURADO/BAHIA. Cep 44920000
CNPJ: 13.891.510/0001-48

ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADA DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, QUE PODERÃO CONSTAR DE ANEXO CLASSIFICADO, SE A ADMINISTRAÇÃO OPTAR POR PRESERVAR O SEU SIGILO ATÉ A CONCLUSÃO DA LICITAÇÃO

UTILIZAMOS A METODOLOGIA DA MÉDIA ARITMÉTICA DOS VALORES OBTIDOS NA PESQUISA DE PREÇOS PARA ESTABELECEER UM PREÇO DE REFERÊNCIA CONDIZENTE COM O PRATICADO NO MERCADO.

JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO, SE APLICÁVEL

A CONTRATAÇÃO DEVERÁ SER FEITA POR LOTE GLOBAL PARA MELHOR GESTÃO DO CONTRATO, UMA VEZ QUE O FORNECIMENTO DO RESPECTIVO OBJETO VISA SUPRIR AS DEMANDAS EMERGENCIAIS DAS SECRETARIAS QUE POSSUEM PROJETOS SOCIAIS E ATENDIMENTO AO PÚBLICO.

O PARCELAMENTO, OU SEJA, A ENTREGA DE UM MESMO PRODUTO POR VÁRIOS FORNECEDORES, NÃO SE MOSTRA VIÁVEL, EM FUNÇÃO DA LOGÍSTICA DE DISTRIBUIÇÃO E CONTROLE, QUE A ADMINISTRAÇÃO DEVE ADOTAR.

CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

NÃO SE VERIFICA CONTRATAÇÕES CORRELATAS NEM INTERDEPENDENTES PARA A VIABILIDADE E CONTRATAÇÃO DESTA DEMANDA

DEMONSTRAÇÃO DO ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE, IDENTIFICANDO A PREVISÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES OU, SE FOR O CASO, JUSTIFICANDO A AUSÊNCIA DE PREVISÃO

A AQUISIÇÃO DO MATERIAL ENCONTRA-SE ALINHADA COM A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO MUNICÍPIO DE JOÃO DOURADO, BEM COMO COM O QUADRO DE DETALHAMENTO DE DESPESAS.

RESULTADOS PRETENDIDOS, EM TERMOS DE EFETIVIDADE E DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL

A CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE JOÃO DOURADO TEM COMO PRINCIPAIS RESULTADOS PRETENDIDOS A ECONOMICIDADE E O MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS.

PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL OU ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DA ORGANIZAÇÃO

NÃO HAVERÁ NECESSIDADE DE ADEQUAÇÕES NAS INSTALAÇÕES FÍSICAS PARA IMPLEMENTAÇÃO DO CONTRATO.

POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS DE TRATAMENTO

DADA A NATUREZA DO OBJETO QUE SE PRETENDE ADQUIRIR, NÃO SE VERIFICA IMPACTOS AMBIENTAIS RELEVANTES, SENDO NECESSÁRIO TÃO SOMENTE QUE A LICITANTE ATENDA AOS CRITÉRIOS DOS ÓRGÃOS FISCALIZADORES E À POLÍTICA DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL, E NORMAS AMBIENTAIS.

POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A VIABILIDADE E RAZOABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

EM RELAÇÃO À VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO CONSTATA-SE QUE A CONTRATAÇÃO É CONSIDERADA FAVORÁVEL, OS REQUISITOS RELEVANTES PARA CONTRATAÇÃO FORAM ADEQUADAMENTE LEVANTADOS E ANALISADOS.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO DOURADO

RUA DRº MARIO DOURADO, Nº 06 - CENTRO - JOÃO DOURADO/BAHIA. Cep 44920000
CNPJ: 13.891.510/0001-48

RESULTADO PRETENDIDO COM A CONTRATAÇÃO

A CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE JOÃO DOURADO TEM COMO PRINCIPAIS RESULTADOS PRETENDIDOS A ECONOMICIDADE E O MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS.

DESCRIÇÃO DO(S) ANEXO(S)

RESPONSÁVEIS

Submeto o Estudo Técnico Preliminar para avaliação e providências.

JOÃO DOURADO, em 19 de fevereiro de 2025.

GABRIEL DE OLIVEIRA NERY - APOIO ADMINISTRATIVO

Responsável pelo Estudo Técnico Preliminar (ETP)



1. SECRETARIA SOLICITANTE

Secretaria Municipal de Administração

2. OBJETO:

Aquisição de materiais para instalação e manutenção de aparelhos de ar condicionado para atender as demandas das secretarias do município de João dourado - Bahia.

3. JUSTIFICATIVA

A aquisição de materiais para instalação e manutenção de aparelhos de ar condicionado se mostra necessária para atender as demandas das secretarias do município de João Dourado - Bahia, em conformidade com o planejamento estratégico do órgão. A instalação e manutenção adequadas desses equipamentos são fundamentais para garantir o conforto dos servidores e usuários dos serviços públicos, bem como para preservar a qualidade do ambiente de trabalho, contribuindo assim para a eficiência e produtividade dos órgãos municipais.

A falta de adequada climatização nos ambientes de trabalho pode impactar negativamente no desempenho dos servidores, prejudicando a prestação de serviços à população. Além disso, a ausência de manutenção preventiva nos aparelhos de ar condicionado pode acarretar em falhas operacionais, aumentar o consumo de energia e gerar custos adicionais com reparos emergenciais. Dessa forma, é imprescindível a realização de investimentos na aquisição de materiais para assegurar o bom funcionamento e prolongar a vida útil desses equipamentos.

4. DESCRIÇÃO DO OBJETO

4.1. São descrições e especificações do objeto:

ITEM	UNIDADE	DISCRICÃO	QUANT
01	RL	CABO FLEXIVEL PP 3X 1,5, COR BRANCO ,DIMENSÕES COM 100 METROS	3
02	ROL	CABO FLEXIVEL PP 3X 1,5, DIMENSÕES COM 100 METROS	10
03	ROL	CABO FLEXIVEL PP 4X 2,5, DIMENSÕES COM 100 METROS	10
04	UND	CAIXA DE PASSAGEM PARA AR CONDICIONADO MODELO: SPLIT 12.000 BTUS	60
05	UND	CAPACITOR DUPLO C/TERM. 30+3 MFD 50X80 440V	80
06	UND	CAPACITOR DUPLO C/TERM. 35+1,5 MFD 50X90 440V	80
07	UND	CAPACITOR DUPLO C/TERM. 35+5 MFD 50X90 380V	80





08	UND	COMPRESSOR DE GELADEIRA/FREEZER 2/4, 220W.	3
09	UND	COMPRESSOR DE GELADEIRA/FREEZER 2/5, 220W.	3
10	UND	FITA ALUMINIZADA PARA ARCONDICIONADO 48MM X 50M	80
11	GAR	GÁS REFRIGERANTE R 22 KG, DIMENSÕES 13 KG	4
12	GAR	GÁS REFRIGERANTE R 32 KG, DIMENSÕES 4,5 KG	6
13	GAR	GÁS REFRIGERANTE R 410 KG, DIMENSÕES 13 KG	10
14	CX	SUORTE PARA AR CONDICIONADO DE 12.000 BTU - (CAIXA COM 20 UNIDADES).	5
15	UND	TAPA FUGAS C/MANG ATE 12.000 BTUS	10
16	UND	TAPA FUGAS C/MANG ATE 18.000 BTUS	10
17	UND	TAPA FUGAS C/MANG ATE 24.000 BTUS	10
18	UND	TAPA FUGAS C/MANG ATE 30.000 BTUS	10
19	M	TUBO DE COBRE, 1/2	1000
20	M	TUBO DE COBRE, 1/4	1000
21	M	TUBO DE COBRE, 3/4	200
22	M	TUBO DE COBRE, 3/8	1000
23	M	TUBO DE COBRE, 5/8	500
24	BAR	TUBO ISOLANTE ESPONJOTO BLINDADO BRANCO 3/4 COM 2 METROS	500

5. PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ACEITABILIDADE PARA EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. O prazo máximo de entrega do objeto da contratação, que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado da emissão do Pedido de Compra.

5.2. Entrega: 05 (cinco) dias úteis.

5.3. O envio da Ordem de Compras à CONTRATADA poderá ser efetivado via e-mail ou qualquer outro meio válido de comunicação.

5.4. Os produtos/serviços deverão ser entregues/prestados em todas as secretarias, de segunda a sexta-feira, no horário de expediente compreendido entre 08h00minh às 12h00minh e entre 14h00min às 17h00min, sem custos adicionais.

5.5. A CONTRATANTE fica obrigada a substituir os serviços defeituosos no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, contados a partir do recebimento da notificação pela Secretaria solicitante.

6. DA GARANTIA

6.1. O prazo de garantia dos serviços será conforme o manual do fabricante, além do prazo legal estipulado pelo código de defesa do consumidor.

7. RECURSO ORÇAMENTÁRIO:

A dotação orçamentária para a contratação para o exercício de 2025 será:

7.1. Órgão (s) /Unidade (s):

- 02.02.01 - Secretaria Municipal de Governo
- 02.03.01 - Secretaria Municipal de Administração
- 02.04.01 - Secretaria Municipal de Finanças
- 02.08.01 - Secretaria Municipal de Obras



- 02.09.01 - Secretaria Municipal de Transporte
- 02.10.01 - Secretaria Municipal de Agricultura
- 02.05.02 - Fundo Municipal de Educação
- 02.06.02 - Fundo Municipal de Saúde
- 02.07.02 - Fundo Municipal de Assistência Social

7.2. Projeto (s) /Atividade (s):

- 2009 - Desenvolvimento e manutenção das ações da sec. de Administração
- 2066 - Desenvolvimento e manutenção das ações da sec. de Obras
- 2053 - Desenvolvimento e manutenção das ações do fundo municipal de Assistência Social
- 2075 - Desenvolvimento e manutenção das ações da sec. de Agricultura e Meio Ambiente
- 2016 - Desenvolvimento e manutenção das ações do fundo municipal de Educação
- 2021 - Gestão de Educação Infantil
- 2028 - Gestão do Ensino Fundamental
- 2039 - Desenvolvimento e manutenção das ações do fundo municipal de Saúde
- 2073 - Desenvolvimento e manutenção das ações da sec. de Transporte
- 2008 - Desenvolvimento e manutenção das ações da sec. de Governo
- 2011 - Desenvolvimento e manutenção das ações da sec. Finanças
- 2037 - Manutenção das ações e serviços da Atenção Mac Ambulatorial e Hospitalar
- 2044 - Manutenção das ações e serviços da Atenção Básica

7.3. Elemento (s) de despesa:

- 33903000 – Material de Consumo

7.4. Fonte de recursos:

- 1-500-0000 - Recursos não Vinculados de Impostos
- 1-540-0000 - Transf. do FUNDEB
- 1-550-0000 - Transf. do Salário-Educação
- 1-600-0000 - Transf. Fundo a Fundo de Recursos do SUS prov. Do Governo Federal
- 1-660-0000 - Transf. de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social
- 1-500-1001 - Recursos não Vinculados de Impostos a Despesa com MDE
- 1-500-1002 - Recursos não Vinculados de Impostos a Despesa com ASPS

8. VIGÊNCIA

- 8.1. A vigência da presente contratação será determinada: até 12 meses, considerada da data de assinatura do respectivo instrumento de ajuste.

9. DA HABILITAÇÃO

- 9.1. Para habilitação o licitante **DEVERÁ** apresentar, para **todos** os itens/lotes:

9.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e alterações em vigor, devidamente registrado, e, em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado do documento de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento expedido no país e ato de registro ou autorização para



funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

9.1.2. REGULARIDADE FISCAL:

- e) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- f) Prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, relativa à sede do licitante;
- g) prova de regularidade para com o Sistema de Seguridade Social (INSS), para as finalidades previstas no art. 47 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991;
- h) Prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- i) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no. 5.452, de 1º de maio de 1943 (CNDT).

9.1.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- j) Certidão negativa de pedido de falência ou em recuperação de crédito, expedida pelo distribuidor judicial da sua sede.

9.1.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

Atestado de capacidade técnica que atestem a execução do serviço/aquisição em características, quantidades e prazos com o objeto da contratação.

10. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO:

10.1. Os serviços serão recebidos da seguinte forma:

Provisoriamente: de posse da proposta respectiva, serão recebidos os serviços para verificação de especificações, quantidade, qualidade, prazos, preços, e outros dados pertinentes constantes neste Termo de Referência e, encontrada alguma irregularidade, será fixado prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos para sua correção.

Definitivamente: após recebimento provisório, será realizada conferência dos serviços e, estando de acordo com a Ordem de Compra, será efetivado o recebimento definitivo, com assinatura no documento auxiliar da NF-e (Danfe) ou nas vias da Nota Fiscal.

O recebimento definitivo não eximirá o prestador de suas responsabilidades, nem invalidará ou comprometerá qualquer reclamação que a Secretaria Solicitante venha a fazer, baseada na existência de serviço inadequado para uso.

Na hipótese de os serviços apresentar irregularidade não sanada, será reduzido, a termo, o fato e encaminhado à autoridade competente, para procedimentos necessários.

No caso de não entrega, prestação inadequada ou em desacordo a este Termo, a Secretaria solicitante fará um comunicado interno para o setor de Licitações informando as irregularidades encontradas. Após isso, a contratada estará sujeita às penalidades conforme disposto na Lei 14.133/21.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

O Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156

a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar e contatar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de dois anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de cinco anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

13.2 Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

12. DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO:

12.1 Serão designados pelo Contratante representantes com atribuições de Gestor e Fiscal do contrato, nos termos do Art. 117, da Lei 14.133/21, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições.

12.2. Atividade exercida de modo sistemático pela contratante e seus prepostos, objetivando a verificação do cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas, em todos os seus aspectos. É competente para pleno e total recebimento do objeto deste Termo, bem como a gestão do seu cumprimento, a Secretaria Municipal solicitante através do titular da pasta e dos servidores:

Nome do Fiscal de Contrato: Caique dos Reis Mesquita - Matrícula: 2803

Nome do Gestor de Contrato: Fabricio Cardoso Dourado Vasconcelos - Matrícula: 2866

13. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:

13.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/21, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

13.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

13.3 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

13.4 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).





13.5 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput); A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

13.6 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o município convocará o representante da empresa contratada para que seja feita a emissão da nota fiscal eletrônica, referente ao material adquirido.

13.7 Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

14.1. Responsabilizar-se por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho com os profissionais contratados, previstos na legislação vigente, sejam de âmbito trabalhista, previdenciário, social, securitários, bem como com as taxas, impostos, frete e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto deste Termo de Referência.

14.2. Indenizar o município por todo e qualquer dano decorrente, direta e indiretamente, da entrega ou da prestação de serviços, por culpa ou dolo de seus empregados ou prepostos.

14.3. Cumprir fielmente as exigências deste Termo de Referência.

14.4. Manter-se durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei 14.133/21.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

15.1. Notificar a CONTRATADA sobre qualquer irregularidade encontrada na efetiva prestação dos serviços, fixando prazo para corrigi-la;

15.2. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA nas condições estabelecidas;

15.3. Fiscalizar a prestação dos serviços, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estabelecidas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;

15.4. Rejeitar todo e qualquer produto/serviço em desconformidade com as especificações deste termo de referência;

15.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, por intermédio de servidor designado por este, devendo anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à referida execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou dos defeitos detectados e comunicar, antes de expirada a vigência do contrato, as irregularidades apuradas aos superiores e aos órgãos competentes, caso as decisões e medidas corretivas ou sancionatórias a serem adotadas se situem fora do seu âmbito de competência.

15.6. Observar, em compatibilidade com o objeto da contratação, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

16. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:





16.1. O pagamento decorrente da prestação de serviços dos serviços será efetuado em até 30 (trinta) dias após o recebimento da nota fiscal/fatura, devidamente acompanhada das certidões de regularidade junto às Fazendas Federal, Estadual e Municipal, CRF/FGTS e CNDT vigentes.

16.2. Os pagamentos à CONTRATADA somente serão realizados mediante a efetiva entrega/prestação de serviços dos serviços nas condições estabelecidas, que será comprovado por meio Termo de Recebimento Definitivo do Objeto e/ou Recibo pelo Servidor responsável pelo recebimento;

16.3. O Servidor responsável pelo recebimento, identificando qualquer divergência na nota fiscal/fatura, deverá devolvê-la à CONTRATADA para que sejam feitas as correções necessárias, sendo que o prazo estipulado acima será contado somente a partir da reapresentação do documento, desde que devidamente sanado o vício.

16.4. Nenhum pagamento será efetuado enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação por parte da CONTRATADA, sem que isso gere direito a alteração de preços, correção monetária, compensação financeiro ou paralisação da execução do objeto deste Termo.

16.5. Todo pagamento que vier a ser considerado contratualmente indevido será objeto de ajuste nos pagamentos futuros ou cobrados da CONTRATADA.

PREFEITURA

17. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Gabriel de Oliveira Nery, CPF: 075.274.335-07

JOÃO DOURADO
A N O S
20
JOÃO DOURADO
João Dourado, 20 de fevereiro de 2025

Feliz é Viver Aqui!
Diego Cardoso Dourado
Secretário de Administração